

Governo quer usar votação da LDO para atrasar o recesso

João Júnior

O governo encontrou uma fórmula para continuar votando as reformas constitucionais em julho sem que seja feita uma convocação extraordinária do Congresso.

Para realizar essa *mágica*, a banca da que apóia o Planalto tentará adiar para julho a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Se não aprovar a LDO até a próxima sexta-feira, o Congresso estará legalmente impedido de entrar em recesso no dia 1º, e terá que trabalhar em julho.

O governo aproveitaria essa *convocação branca* para apressar a tramitação das reformas.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), condena a tática. Embora reconheça que não tem poder para impedir a obstrução da votação da LDO, afirmou que porá a lei em votação na quarta, "como manda a lei".

Prática — A aplicação prática da estratégia governista — que começou a ser desenhada na semana passada — será decidida na próxima terça, em reunião dos líderes dos partidos governistas.

"Se a LDO for avançada para julho, qualquer outra matéria poderá entrar na pauta. Inclusive as emendas da reforma", admite o líder do governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS).

Ele não esconde que essa alternativa agradaria muito ao presidente Fernando Henrique: "É claro que ele não ficaria triste se uma ou duas emendas a mais passassem antes do segundo semestre".

Carlos Eduardo



Temer (E): proposta de adiar decisão sobre juros. Rigotto: previsão de mais votações se tática do governo funcionar

Se a *convocação branca* se concretizar, apenas a apreciação da emenda da quebra do monopólio da Petrobras ficará para o segundo semestre.

Calma — Rigotto ressalva que, de qualquer forma, Fernando Henrique já ficou "tranquilo" com a declaração do presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), de

que a reforma será concluída no máximo até o dia 15 de agosto.

A LDO será votada na comissão mista na próxima terça-feira. Sendo aprovada, poderá ser discutida e votada nas sessões de quarta e quinta-feiras.

Para impedir a votação, o governo precisaria simplesmente retirar os

seus parlamentares do plenário, negando quorum para a realização da sessão.

O vice-líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PP-DF), é um dos defensores do adiamento do recesso. "É importante votar as emendas, e só depois entrar em recesso", disse.